PARQUE NACIONAL DA SERRA DO ITAJAÍ - ICMBio
CONSELHO CONSULTIVO DO PARQUE NACIONAL DA SERRA DO ITAJAÍ

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 16/03/2023

Aos dezesseis dias do mês de março de dois mil e vinte e três, no Auditório do Ditran na Prefeitura Municipal de Gaspar, às treze horas e quarenta e cinco minutos, em segunda chamada, deu-se início à primeira reunião ordinária de 2023 do Conselho Consultivo do Parque Nacional da Serra do Itajaí (PNSI), com a presença dos conselheiros e visitantes: Lauro Eduardo Bacca (RPPN Catarinense), Leocarlos Sieves (ACAPRENA), Pedro Beduschi (Prefeitura de Gaspar), Edela C. W. Bacca (RPPN Catarinense), Odair L. Andreani (APREMAVI), Carlos E. Zimermann (FURB), Regina Barbaresco (CIMVI), Arlete Regilene Scoz (Cimvi), Eduardo Kenji Ongava (SUMADS-GASPAR), Diego L. Tolentino (SUMADS-GASPAR), Alan Ricardo Rotta (SUMADS-GASPAR), Josué Asafe dos Santos (SUMADS-GASPAR), Renato Totti Maia (IMA/DBIO/GEANP/RBECP), Suelen Conzatti (IPAN), Jonata Giovanella (IPAN), Juares Andreiv (PNSI/ICMBio), Íria de Oliveira Santos (PNSI/ICMBio), Viviane Daufemback (PNSI/ICMBio) e Caio Eichenberger (PNSI/ICMBio). A reunião seguiu com a discussão dos seguintes assuntos da pauta: **I. Instalação dos Trabalhos:** Caio Eichenberger, Chefe do Parque, deu as boas-vindas e todos se apresentaram. Após, leu a pauta da reunião e perguntou se havia inclusão de assuntos. Carlos (FURB) pergunta sobre o Programa Monitora e Lauro (RPPN Catarinense) pergunta sobre o andamento das discussões sobre a proposta de mudança de categoria da UC. Caio informa que estes assuntos serão tratados durante o primeiro assunto de pauta da reunião. Não houve inclusões a pauta. **II. Aprovação da Ata do dia 29/09/2022 –** Viviane informa que as solicitações de alterações feitas por e-mail foram feitas e a ata é aprovada por todos (as). **III. Relato das atividades desenvolvidas pelo PNSI/ICMBio em 2022 –** Caio faz o relato de atividades apresentando as seguintes informações: a equipe de gestão do Parque era composta por quatro analistas ambientais, quatro agentes temporários ambientais, uma auxiliar administrativa e uma auxiliar de serviços gerais; os principais assuntos das autorizações diretas foram: manutenção de estruturas e vias e corte e retirada de espécies exóticas (pinus e eucalipto); os principais assuntos dos documentos técnicos (informação técnica, relatório, formulário de análise de PRAD e relatório de fiscalização) foram: recuperação de área degradada, localização de imóvel em relação ao Parque, fiscalização (destruição, denúncias, identificação de responsável); licenciamento ambiental na zona de amortecimento (loteamento, central geradora hidrelétrica, asfaltamento de rodovia, bike-park e mineração), ocupação indígena e acidente com caminhão do Exército; foram emitidos sete autorizações diretas e setenta e três documentos técnicos; foram registrados seiscentos e cinquenta e dois visitantes nas autorizações de passagem pelo Faxinal do Bepe; foram realizadas duas assembleias do conselho, a primeira, em seis de julho em Indaial com participação de treze conselheiros e demais participantes e a segunda, em vinte e nove de setembro com participação de 14 conselheiros e demais participantes; foram autorizadas oito novas pesquisas no Parque abordando os temas: peixes, aranhas, insetos, palmito juçara, sensibilização socioambiental, opiliões, inventário florístico florestal e uso público; houve apoio técnico de analista do Parque nas discussões sobre a abertura artificial do canal da barra da Lagoa do Peixe (RS); analistas do Parque participaram das seguintes capacitações: "Percepção e mapeamento de áreas de risco geológico" pela ENAP, "Elaboração e revisão de Planos de Manejo" pelo ICMBio, "UC prioritárias para detecção precoce e resposta rápida contra espécies exóticas invasoras" do Projeto Pró-Espécies – ICMBio/MMA e parceiros;

foram realizadas três palestras: “Desafios a gestão de Ucs: o caso do Parque Nacional da Serra do Itajaí” no programa de pós graduação em Ciência e Tecnologia Ambiental da Univali para alunos da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (on line) e “Unidades de Conservação e o Parque Nacional da Serra do Itajaí” na SIPAT no Shopping Norte e na organização não governamental Casa da Esperança; destacou-se outras atividades realizadas: Participação no “Encontro de Gestores da GR5” em Foz do Iguaçu, Participação nas reuniões no COMTUR de Indaial, Participação nas Assembleias do Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Itajaí e Bacias Contíguas, Realização de reuniões com o CIMVI sobre o Circuito de Cicloturismo, Realização de reuniões com o CENAP/ICMBio, CPB/ICMBio, Instituto Caeté-Açu e Projeto Bugio para elaboração do projeto sobre monitoramento de fauna, Acompanhamento de visita técnica no Parque do Procurador do MPF, Marcelo Godoy, responsável pelo tema ambiental, Atendimentos diversos na Sede Administrativa do Parque; relatou-se sobre a criação e discussões do Grupo de Trabalho de erradicação de Pinus e Eucalipto em áreas de preservação permanente no âmbito da Gerência Regional Sul – GR5; e, relatou-se sobre as ações fiscalizatórias: foram realizadas cinco operações de fiscalização, foram emitidos dez autos de infração no valor total de cem mil reais, sete embargos totalizando dois hectares de área embargada e uma suspensão de atividade de apicultura, as autuações envolveram área de preservação permanente, impedir regeneração, descumprir embargo, deixar de atender determinação/notificação e visitação proibida, houve apoio da Polícia Militar Ambiental e de Analistas do Núcleo de Gestão Integrada Ibirama nas atividades e foi prestado apoio de Analistas do Parque em operações na Flona de Ibirama e Parna de São Joaquim. Carlos questiona sobre o Programa Monitora e Caio responde que o projeto elaborado sobre o monitoramento de fauna não foi aprovado pelo IBAMA (recurso Eletrosul) e que sem recursos financeiros não é possível executar os protocolos do Programa. Jonata comenta sobre o parcelamento do solo na Nova Rússia e questiona se o ICMBio pode atuar na questão de compra e venda de terrenos. Caio responde que esta é uma atuação da Prefeitura que não caberia ao ICMBio agir com autuação nessa situação. **IV. Histórico e estado atual da ocupação indígena na subsede Nascentes –** Caio inicia apresentando um histórico da ocupação indígena até o momento atual. Informa que a ocupação ocorreu no dia dezenove de outubro de dois mil e vinte e dois e nos dias vinte e vinte e um, do mesmo mês, o Parque comunicou oficialmente o ministério Público Federal, a Polícia Federal e a coordenação da FUNAI Regional Sul. Continuou relatando que no dia vinte e quatro de outubro foi realizado um monitoramento aéreo da área ocupada com DRONE da Polícia Militar Ambiental e que no dia 25 de outubro foi realizada uma reunião no MPF em Blumenau (Inquérito 1.33.001.000386/2022-67) com representantes da ocupação, da FUNAI, da GR5/ICMBio, da PFE/ICMBio, do IPAN, de Analistas do Parque, da Kuala, da FURB e da SEMMAS Blumenau. O intuito desta reunião organizada pela Procuradora do MPF/Blumenau, Dra. Luciana Marina Pepe, era discutir e acordar um prazo para permanência do grupo indígena no Parque até sua realocação; proposta não aceita pelo ICMBio. Caio seguiu relatando que dia vinte e oito de outubro, representantes da empresa Kuala, proprietária do imóvel invadido, solicitou informações para ingresso de ação de reintegração de posse, o que, ainda, não aconteceu. E que, neste mesmo dia, foi realizado o segundo monitoramento aéreo com DRONE da Polícia Militar Ambiental. No dia vinte e cinco de janeiro de dois mil e vinte e três, foi enviado ofício da Gerência Regional Sul GR5/ICMBio à Diretoria de Proteção Territorial da FUNAI sobre a ocupação no Parque. Em sete de fevereiro, durante uma vistoria de monitoramento, constatou-se uma instalação de rede clandestina de energia elétrica, a qual, foi comunicada a CELESC no dia oito de fevereiro, que respondeu o atendimento da demanda no mesmo dia. No dia vinte e dois de fevereiro foi realizado monitoramento da área através de um sobrevoo com a participação da Polícia Militar Ambiental e PNSI/ICMBio num helicóptero da polícia militar. Em três de março foi encaminhado relatório ao ICMBio e AGU sobre a ocupação e solicitada a inclusão do Parque

no Grupo de Trabalho Interinstitucional (GTI) criado para gestão dos conflitos entre ICMBio, FUNAI e grupos indígenas Xokleng e Kaingang nas unidades do ICMBio invadidas e, no mesmo dia, foi enviado Ofício pelo Presidente Substituto do ICMBio à Presidente da FUNAI para tratar da conciliação junto ao TRF em relação aos conflitos entre ICMBio e os pleitos dos indígenas, a princípio, nas unidades FLONAS São Francisco de Paula e Canela, no Rio Grande do Sul. Suelen relata que a Nadja, esposa do Caçique, falou que já conheciam a área ocupada atualmente, fala que foram à Sede, mas decidiram ocupar a Subsede, e que o grupo, originalmente, veio para Blumenau acompanhar os seus jovens que estudam na FURB. Leocarlos cita o Sistema Nacional de Unidades de Conservação e a previsão de criação de Grupo de Trabalho para resolver sobreposição entre Terras Indígenas e Unidades de Conservação e reforça que o grupo está fora da Terra Indígena LaKlãnõ. Renato fala sobre a experiência do Instituto de Meio Ambiente de Santa Catarina com os indígenas e sobre o vídeo produzido, solicitando que seja compartilhado com os conselheiros. E continua falando sobre a decisão do Superior Tribunal Federal - STF e o movimento de tomada de posse de áreas públicas pelos indígenas. Êdela questiona quais as ações do IPAN com relação à ocupação indígena. Viviane lembra da ação judicial que discute a propriedade dos imóveis do Parque das Nascentes e que a decisão foi favorável a empresa Kuala S.A. Jonata faz um relato sobre o histórico do Parque das Nascentes e diz que a FURB recorreu da decisão da ação ao STF. Lauro Bacca fala sobre o Sr. José Tamasia que, hoje, está com 104 anos, que foi quem abriu a primeira estrada no Parque e que fala que não havia indígenas na região do Parque. Continua solicitando que seu artigo, publicado no Jornal O Município Blumenau, seja anexado a presente ata e sugere uma moção do Conselho em relação à ocupação indígena, a qual ele redigirá e compartilhará com o Conselho para ajustes e aprovação. Jonata sinaliza que a posição do conselho seja que os indígenas reivindiquem suas terras, o que é legítimo, mas que o façam fora da Unidade. **V. Adequação do Conselho a IN ICMBio nº09/2014 e sua renovação –** Viviane fala da necessidade e importância da adequação do Conselho à Instrução Normativa e sua renovação. Destaca trecho do Regimento Interno do Conselho: que deve-se buscar a legitimidade e paridade das representações, e a equidade das condições de participação, que as instituições interessadas devem enviar carta de intenção e documentos de identificação da instituição (CNPJ, estatuto, regimento ou afins) e que moradores e/ou proprietários do interior do Parque que não tiverem personalidade jurídica, podem fazer um requerimento do grupo de moradores e/ou proprietários acompanhado de ata e lista de presença em que deve constar nome completo, RG e assinatura do morador ou proprietário. Destaca, também, trechos da Instrução Normativa: que há etapas e atividades a seguir e que todas devem estar devidamente registradas e documentadas; que a definição dos setores do Poder Público e da sociedade civil ocorre por meio eletivo ou outro método democrático, em reunião com as instituições representativas, levando-se em conta a paridade, a representatividade, a equidade na participação e o potencial em contribuir para o cumprimento dos objetivos da Unidade de Conservação e sua inserção territorial; que a composição, titularidade e suplência, paridade e representatividade serão definidas em conjunto com os setores envolvidos; que a representação dos setores do Poder Público deve contemplar, quando couber, os órgãos ambientais dos três níveis da Federação e órgãos de áreas afins, tais como pesquisa científica, educação, defesa nacional, cultura, turismo, paisagem, arquitetura, arqueologia, povos indígenas e assentamentos agrícolas; que a representação dos setores da sociedade civil deve contemplar, quando couber, a comunidade científica e organizações não - governamentais ambientalistas com atuação na região da unidade, população residente e do entorno, população tradicional, proprietários de imóveis no interior da unidade, trabalhadores e setor privado atuantes na região e representantes dos Comitês de Bacia Hidrográfica; e, que o mandato de conselheiro de Unidades de Conservação é de caráter voluntário e não remunerado, sendo ainda considerado de relevante interesse público. Em ato contínuo, mostra a composição dos setores já discutida anteriormente (tabela

anexa no final desta ata) e diz que é necessário fazer adequações à realidade atual do Conselho. Relata que os próximos passos serão: mobilização de instituições com envio de ofício e divulgação; análise da documentação enviada pelas instituições e convocação de Assembleia do Conselho; definição de setores e das instituições-membro durante a Assembleia; sistematização das informações, instrução processual e envio para homologação e publicação da Portaria; realização da Assembleia para posse dos Conselheiros (as); revisão do Regimento Interno e elaboração do Plano de Ação do Conselho. Viviane questiona a plenária sobre a formação de um Grupo de Trabalho- GT do Conselho para organizar e acompanhar todo o processo. A plenária se manifestada dizendo não ser necessária a criação de um GT e que o processo pode ser conduzido pelo PNSI/ICMBio. Jonata solicita que seja compartilhado o regimento interno do Conselho, a Instrução Normativa e a tabela com os setores já discutida para que todos possam ir se familiarizando e pensando sobre o assunto. **VI. Andamento do GT do Mosaico –** Viviane relembra que na última reunião do Conselho, ficou acordado que seria agendada uma reunião entre as UCs elencadas para compor o Mosaico e informa que foi realizada uma reunião preliminar com representantes do Instituto de Meio Ambiente de Santa Catarina – IMA e representante da prefeitura de Itapema no dia nove de fevereiro de dois mil e vinte e três. Nesta reunião, o IMA solicitou que o ICMBio formalizasse a proposta de formação do Mosaico para dar andamento do assunto internamente e acordou-se uma nova reunião com todas as UCs elencadas para início de março. A nova reunião não foi realizada, pois com a finalização das análises da tese de doutorado da pesquisadora e conselheira, Cintia G. Gruener, chegou-se à conclusão de que outras UCs, também, são prioritárias para compor o Mosaico, como segue: REBIO Canela Preta, REBIO do Sassafrás, Floresta Nacional de Ibirama, ARIE Serra da Abelha, Parque Municipal das Grutas de Botuverá, APA Raulino Reitz, RPPN Burgerkopf, RPPN Porto Franco, Terra Indígena Ibirama La Klãnõ, Parque Natural Municipal Chapéu das Águas, e as RPPN Rio das Furnas, Rio das Furnas II, Vale das Pedras, além de 10 RPPNs que formam um contínuo em Itaiópolis: Corredeiras do Rio Itajaí, Corredeiras do Rio Itajaí II, Araucárias Gigantes, Refúgio do Macuco, Taipa do Rio Itajaí, Taipa Rio do Couro, Raso do Mandi, Odir Zanelatto, Raso do Mandi II, Taipa do Rio do Couro II. Como proposta de encaminhamento, foi sugerido que o GT Mosaico se reúna para definir as UCs participantes e, após, promova a mobilização para realização de reunião com as UCs definidas. A plenária se manifestou de acordo a proposta. **VII. Palavra livre –** Leocarlos fala sobre as comemorações de cinquenta anos da ACAPRENA e convida a todos (as) para participar da caminhada que acontecerá no dia primeiro de abril na Estrada Geral do Parque, iniciando em Apiúna e terminando em Blumenau. Jonata questiona sobre a próxima reunião do Conselho, a qual fica marcada para dia primeiro de junho no município de Botuverá, Vidal Ramos ou Presidente Nereu; local e data a serem confirmados com antecedência. Ainda sobre a próxima reunião do conselho, foram propostas três pautas: GT mosaicos, modificação/reestruturação do conselho e apresentação do IPAN sobre o Parque das Nascentes. Representantes do IPAN relembram a questão sobre o andamento da ação de mudança de categoria do Parque, ao quê, Caio responde que essa questão está parada e não se desenvolveu. Lauro Bacca sugere retomada de reuniões do conselho mais próximas do parque, em locais históricos e mais atrativos. **VIII. Encerramento**. Nada mais havendo a tratar, eu, Viviane Daufemback, lavrei a presente ata, que, após aprovação em Reunião Ordinária subsequente a esta, vai por nós assinada e pelos demais presentes do Conselho Consultivo, conforme lista anexa. Gaspar, dezesseis de março de 2023.

PARQUE NACIONAL DA SERRA DO ITAJAÍ

Lista de Presença

ICMBio MMA

Local: Auditório do Ditran localizado no segundo piso da Prefeitura Municipal de Gaspar.

Objetivo: 1ª Reunião Ordinária do Conselho Consultivo do PNSI de 2023 **Data:** 16/03/2023

Nº	Nome	Instituição	Assinatura
01	PEDRO BEDUSCHI	PMG	
02	Carlos E. Zimmermann	FURB	
03	Regina Barbanusco	CIMVI - consórcio intermunicipal Médio Vale Itajaí	
04	Carlito Regileni Scoz	CIMVI	
05	Caio Eichenberger	ICMBio / PNSI	
06	Edelo Luiz Bacca	RPPN Catar.	
07	Lauro E. Bacca	RPPN Catarinense	
08	Eduardo Renji Ongaro	SUMADS - Gaspar	
09	Diego de Toledinho	SUMADS - Gaspar	
10	ALAN RICARDO ROTTA	SUMADS - GASPAR	
11	José Assaes dos Santos	SUMADS - GASPAR	
12	Renato Toffi Maia	IMA / DBIO / GEANP / RBECP	
13	Suelen Lampatti	IPAN	
14	JONATA GIOVANELLA	IPAN	
15	Odair de Andrade	APREMAVI	
16	[illegible]	ACAPRENA	
17	Viviane Dauffenbach	PNSI/ICMBio	
18	Maria de Oliveira Santos	PNSI/ICMBio	
19	JUAREZ ANDREIV	PNSI/ICMBio	

PARQUE NACIONAL DA SERRA DO ITAJAÍ - ICMBio
CONSELHO CONSULTIVO DO PARQUE NACIONAL DA SERRA DO ITAJAÍ

FOTOS DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 16/03/2023

PARQUE NACIONAL DA SERRA DO ITAJAÍ - ICMBio
CONSELHO CONSULTIVO DO PARQUE NACIONAL DA SERRA DO ITAJAÍ

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 01/06/2023

Ao primeiro dia do mês de junho de dois mil e vinte e três, no Parque Natural Municipal Grutas de Botuverá, às dez horas, em segunda chamada, deu-se início à segunda reunião ordinária de 2023 do Conselho Consultivo do Parque Nacional da Serra do Itajaí (PNSI), com a presença dos conselheiros e visitantes: Lauro Eduardo Bacca (RPPN Catarinense), Leocarlos Sieves (ACAPRENA), Edela C. W. Bacca (RPPN Catarinense), Odair L. Andreani (APREMAVI), Carlos E. Zimermann (FURB), Sérgio Feuser (Prefeitura de Indaial), Bruna Eli Ebele (Prefeitura de Guabiruba), Ulisses Pereira Machado (SEMMAS-Blumenau), Luís Olímpio Menta Giasson (FURB), Giovani Lazarotti (CREA-Blumenau), Leandro Gerônimo Lyra (Associação Harmonia), Priscila Buss (Secretaria de Meio Ambiente de Vidal Ramos), Carlos Alberto Jacobsen (EPAGRI), Juares Andreiv (PNSI/ICMBio), Íria de Oliveira Santos (PNSI/ICMBio), Mário Sérgio Celski de Oliveira (PNSI/ICMBio), Viviane Daufemback (PNSI/ICMBio) e Caio Eichenberger (PNSI/ICMBio). A reunião seguiu com a discussão dos seguintes assuntos da pauta: **I. Instalação dos Trabalhos:** Caio Eichenberger, Chefe do Parque, deu as boas-vindas e todos se apresentaram. Após, leu a pauta da reunião e perguntou se havia inclusão de assuntos. Não houve inclusões à pauta. **II. Aprovação da Ata do dia 16/03/2023 –** Viviane informa que as solicitações de alterações realizadas por e-mail foram feitas, mas que não foi encaminhada a Ata novamente por e-mail para os conselheiros com as alterações, a qual será enviada. **III. Apresentação sobre o Parque Natural Municipal Nascentes do Garcia - IPAN –-** O presidente do conselho iniciou informando que Jonata Giovanella (IPAN), responsável pela administração do Parque das Nascentes, entrou em contato avisando que, por questões de imprevistos pessoais, não poderia participar da reunião e, portanto, não poderia realizar a apresentação acordada na última reunião do conselho realizado no dia 16/03/2023, assim, passou-se à próxima pauta. **IV. Processo de adequação e renovação do Conselho Consultivo –** Neste momento, os conselheiros, escrevendo em tarjetas e dialogando, indicaram algumas instituições que consideram importante para participarem no conselho, são elas: Greenpeace Vale do Itajaí; Departamento de Turismo de Indaial; Grupo da agroecologia; Associação da comunidade do Thime Presidente Nereu; Portos de Itajaí e Navegantes; Samae Blumenau; ABC Ciclovias; Exército; UFSC; Meios de comunicação (rádios etc.); Associação da Comunidade Fartura; AEFVALE - Associação de Engenheiros Florestais do Vale do Itajaí; OAB; Trade turístico – Convention; CIMVI; Prefeitura de Gaspar; Casan. Leandro relata que o convite às prefeituras, cujos municípios a Unidade abrange, deve ser obrigatório. Viviane relata que os próximos passos depois das indicações de instituições será entrar em contato com essas instituições e oficiar todas as instituições que já participam do conselho para reunião de restruturação do conselho, conforme a IN nº09/2014. **V. Discussão sobre os 20 anos do Parque Nacional em 2024 –** Com a atividade de "chuva de ideias" utilizando tarjetas foi possível registrar as contribuições dos conselheiros sobre quais atividades/eventos/iniciativas podem ser realizadas para comemorar os 20 anos do parque, que ocorrerá em 2024. Ideias registradas: realizar regularização fundiária; elaborar livro sobre o parque ou guia do PNSI - uma revista com fotografias do parque todo, que cada município deve enviar histórico e fotos do parque em seu município; uso público - inaugurar uma trilha; melhorar a comunicação interna e externa - elaborar plano de comunicação de forma a divulgar o parque, suas informações, à sociedade e ao Conselho; aumentar a fiscalização na Unidade, bem como

comunicá-la ao conselho; criar grupo de Whatsapp do conselho; seminário de pesquisa; produto digital - digitalizar informações, algo parecido com um infográfico, além de folder; divulgação do e no Instagram do PNSI; visita digital ao parque; Sinalização das entradas do parque – totens/portal, na estrada geral, principalmente (isso faz parte da comunicação); exposição itinerante. Viviane informa que irá sistematizar as ideias relacionadas à comemoração dos 20 anos do parque e verificar quais e como viabilizá-las, de forma a verificar o que cada instituição pode contribuir para com a realização das atividades/eventos/iniciativas/materiais sugeridos. Logo após, houve discussão em relação as informações sobre o Parque das Nascentes, as quais devem ser repassadas/apresentadas no Conselho e que hoje não se tem nenhuma informação. Êdela discorre que participava do conselho fiscal do IPAN e que lá, também, não se tinha muitas informações sobre o parque, tais como, o número de visitantes etc. Ulisses informou que o SAMAE recebe a prestação de contas do IPAN, do recurso disponibilizado para gestão do Parque das Nascentes, mas que, ainda, é necessário sistematizá-los. Continuou falando que ele pode solicitar ao IPAN que envie as informações para o conselho do PNSI, pois, faz parte do Conselho de Administração do Parque Municipal. Mário Sérgio elogia e agradece a Acaprena pela defesa do Parque Nacional da Serra do Itajaí quanto à situação de invasão realizada por indígenas no PNSI, relatando, ainda, sua ida à palestra sobre questões indígena que participou na FURB, na qual apresentaram a esposa do cacique de "a cacique do Parque". Continua sua fala explanando que o IPAN não entregou ao ICMBio a chave do portão para acesso ao Parque das Nascentes e que isso causa preocupações e maior perigo ao Parque das Nascentes, pois a falta de acesso do ICMBio e da Polícia Militar Ambiental pode proporcionar novas invasões. Assim, Mário Sérgio solicita que Ulisses reforce essa questão no Conselho de Administração do Parque das Nascentes. Viviane fala sobre a complexidade da gestão do Parque das Nascentes, a qual, precisa de transparência e que o ICMBio, também, precisa dos dados para que se possa utilizar nas diversas demandas do PNSI, sugerindo que pelo menos os dados sejam encaminhados, caso não seja possível realizar uma apresentação. A programação seguiu para próxima pauta. **VII – Visita às Grutas de Botuverá -** a maioria dos participantes da reunião do Conselho participaram da atividade oferecida pelo Parque Natural Municipal Grutas de Botuverá**.** Nada mais havendo a tratar, eu, Íria de Oliveira Santos, lavrei a presente ata, que, após aprovação em Reunião Ordinária subsequente a esta, vai por nós assinada e pelos demais presentes do Conselho Consultivo, conforme lista anexa. Botuverá, primeiro de junho de 2023.

PARQUE NACIONAL DA SERRA DO ITAJAÍ

Lista de Presença

ICMBio MMA

Local: Parque das Grutas em Botuverá.

Objetivo: 2ª Reunião Ordinária do Conselho Consultivo do PNSI de 2023 **Data:** 01/06/2023

Nº	Nome	Instituição	Assinatura
01	Edelo J. W. Bacca	RPPN CATARINENSE	
02	Sergio Fenstr	Município de Jaguaruna	
03	Diana Eli Eich	Município de Gaburiba	
04	Ulisses Pereira Machado	SEMMAS - BLUMENAU	
05	Celia C. Zimmermann	FURB	
06	EDGARLOS SIEVES	ACARREIA	
07	Luis Olimpio Monta Giaron	FURB	
08	Lauro Eduardo Bacca	RPPN - C	
09	MARIO SERGIO CELSKI DE OLIVEIRA	ICMBIO - PARNA SERRA DO ITAJAI	
10	GIOVANI LAZZAROTTI	CREA - INSP. BLUMENAU	
11	LEANDRO GERONIMO LYRA	ASS HARMONIA	[redacted]
12	PRICILA BUSS	SEC. MEIO AMBIENTE VR	
13	CARLOS ALBERTO JACOBSEN	EPAGRI	[redacted]
14	Viviane Daufenbach	PNSI - ICMBIO	
15	Ivan de Oliveira Santos	PNSI - ICMBIO	
16	JUARES ANDREIV	PNSI - ICMBIO	
17	CAIO Eichenberg	PNSI - ICMBIO	
18			
19			

PARQUE NACIONAL DA SERRA DO ITAJAÍ - ICMBio
CONSELHO CONSULTIVO DO PARQUE NACIONAL DA SERRA DO ITAJAÍ

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 12/12/2023

Aos doze dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e três, via vídeo conferência, às nove horas, em segunda chamada, deu-se início à terceira reunião ordinária de 2023 do Conselho Consultivo do Parque Nacional da Serra do Itajaí (PNSI), com a presença dos conselheiros e visitantes: Lauro Eduardo Bacca (RPPN Catarinense), Leocarlos Sieves (ACAPRENA), Glaucia Gebien (Crea-SC), João de Deus Medeiros (CRBio 09), Carlos Eduardo Zimmermann (FURB), Sérgio Feuser (Prefeitura Municipal de Indaial), Juliano Piske (Prefeitura Municipal de Guabiruba), Carlos Alberto Jacobsen (Epagri), Ulisses Pereira Machado (SEMMAS – Blumenau/SC), Juliano Pilotto (FUNAI), Luís Olímpio Menta Giasson (FURB), Vanderlei Schmitt (Acaprena), Jonata Giovanella (IPAN), Sthefanie Silva Bravo (PNSI/ICMBio), Fernando Correia Villela (ICMBio – Coordenação de Regularização Fundiária), Mariana Roberta da Silva (ICMBio – GR5-Sul), Viviane Daufemback (PNSI/ICMBio), Juares Andreiv (PNSI/ICMBio), Mário Sérgio Celski de Oliveira (PNSI/ICMBio) e Íria de Oliveira Santos (PNSI/ICMBio). A reunião seguiu com a discussão dos seguintes assuntos da pauta: **I. Instalação dos Trabalhos:** Viviane Daufemback, Chefe do Parque, deu as boas-vindas e todos se apresentaram. Após, leu a pauta da reunião e perguntou se havia inclusão de assuntos. Não houve inclusões à pauta. **II. Aprovação da Ata do dia 01/06/2023 –** Viviane informa que não houve manifestação/inserções em relação a alterações na Ata, dessa forma, a ata é aprovada por todos, a qual será encaminhada como versão final. **III. Presença dos indígenas no Parque Nacional da Serra do Itajaí (PNSI) - Subsede –** Viviane relata que diante à situação e questionamentos dos conselheiros sobre a presença de indígenas no Parque (quantas pessoas estão na localidade, se continuam, como será abordada essa situação, quais os trâmites agora, próximos passos, andamento – qual a situação atual e as perspectivas), em propriedade privada, desde outubro de 2022, a Unidade e a Gerência Regional 5 articulou convidar alguém da FUNAI para esclarecer algumas questões quanto a situação de indígenas no PNSI, depois de trâmites iniciais e das reuniões que ocorreram entre Ministério Público, FUNAI, ICMBio, Semmas Blumenau, Furb e representantes dos indígenas. Portanto, é entregue a palavra para Juliano, da Funai, que explica que ocorreu reivindicação dos indígenas em relação a área dentro do Parque e que quando isso ocorre, é realizado levantamento preliminar, chamado de qualificação de reivindicação fundiária (preenchimento de formulário de qualificação de reivindicação), momento em que servidores da FUNAI próximos à área requerida recolhem informações básicas em relação à reivindicação, tais como, depoimentos, histórico do grupo, detalhamento sobre a reivindicação, enfim, o básico do contexto local para enviar para a FUNAI em Brasília, Coordenação Geral de Identificação e Delimitação (CGID), que com esse levantamento preliminar vai analisar a pertinência, urgência e prioridade da solicitação e, assim, encaminhá-la para a respectiva fila para aguardar a possibilidade de constituição de Grupo de Trabalho interdisciplinar, constituído por portaria, com equipe multidisciplinar para o estudo mais profundo, mais elaborado e complexo que irá fazer análise das dimensões da Terra Indígena (identificação) e sendo favorável, posterior delimitação da Terra Indígena. Assim, o grupo Xokleng que está no PNSI ainda está na primeira etapa, que é o levantamento preliminar, que foi realizado e enviado para a CGID.

Viviane pergunta se ao analisar a solicitação de qualificação de reinvindicação fundiária a CGID pode decidir que não será encaminhado para a próxima etapa - constituição do grupo, ao que, Juliano responde que sim, e que também pode ser pertinente, mas pode ser analisado em diversos níveis de urgência e depois disso ser encaixado numa fila de espera nacional, cuja demanda é muito grande. Viviane fala que nos últimos tempos a empresa (Kuala), que tem a propriedade da área ocupada pelos indígenas no Parque, área particular dentro do PNSI, ganhou o processo que questionava a propriedade do imóvel na justiça e entrou com processo de reintegração de posse. Recentemente, a empresa recebeu decisão judicial de que os indígenas tinham saído da área, o que gerou certo estranhamento, pois até onde a equipe do Parque sabe, os indígenas continuam na área. Juliano diz que até onde sabe, os indígenas continuam na localidade e que não sabe o porquê desta informação judicial. Aberto para perguntas, João de Deus (CRBio 09) fala que nunca houve reivindicação de comunidades indígenas ao criar a Unidade, tampouco da FUNAI, que apenas agora houve a entrada dos indígenas e solicita que o PNSI, também, entre como parte do processo de reintegração de posse na justiça juntamente com o proprietário, com a justificativa de que desde a criação do Parque, mesmo tendo sido aberto espaço para consulta, nunca houve notícias de reivindicação desse tipo, tampouco nas consultas públicas. Sérgio Feuser reforça a fala de João, relata seu espanto em relação ao fato de que agora, depois de 20 anos de criação do parque, aparece este assunto, que nunca havia surgido, faz crítica de que está muito devagar a resolução da questão e que o Exército em 3 dias resolveu a questão quando os indígenas invadiram a área deles. Lauro Bacca concorda com as falas de João e Sérgio, aborda o fato de que nos jornais da época da criação da Unidade, até mesmo anos antes da criação do Parque, quando iniciou a ideia de criação do Parque, que se alertava a ausência de indígenas na região do Parque. Fala que nesses mais de 40 anos, nunca se ouviu falar de presença indígena nas áreas do Parque, que o objetivo do Parque não admite ocupação de seres humanos, por ser de proteção integral. Fala sobre a região ser área imprópria para permanência de humanos e defende a ideia de realocação dos indígenas sem ter esse conflito com Unidade. Lauro Bacca finaliza explicando que defende/apoia a causa indígena, tendo empatia e simpatia pela causa indígena, reforça o respeito, mas defende realocação deles sem conflitos/sobreposição com a Unidade, faz apelo à Funai de forma a apoiar para não ter esse conflito/sobreposição desnecessário com Unidade de Conservação. Jonata (IPAN) fala que é favorável à causa indígena, mas diz que essa questão da ocupação dos Indígenas no Parque pode abrir precedentes jurídicos para outras Unidades de Conservação e vê isso com preocupação, que seria interessante verificar a questão histórica de indígenas na Unidade, que a discussão é longa e delicada. Solicita tanto maior agilidade nessa questão e que seja passado informações quanto a questão dos indígenas para o IPAN, principalmente, à gestão do Parque das Nascentes, que precisam estar/ser incluído nas discussões sobre o problema. Mariana (GR5) aborda a questão da "retomada" de terras que pertenciam aos indígenas, que hoje na região sul há sete processos de retomada de terras por indígenas – são três etnias: Guarani, Kaingang e Xokleng. Fala que quando o território é do ICMBio (posse da terra é do ICMBio), até o TRF4 decidir a questão, há tratativas de que não entrem mais famílias indígenas, fora as que já estão dentro das Unidades de Conservação (UCs). Informa que ainda estão construindo essa questão, pois é uma situação nova no ICMBio e que está sendo negociado soluções, ainda, que de forma lenta. No PNSI é um pouco diferente, pois os indígenas estão em área particular não indenizada e por isso há entendimento de que não há como o ICMBio entrar com reintegração de posse. Dessa forma, finaliza reforçando que o ICMBio segue tentando garantir que os direitos sociais dos indígenas não sejam preteridos, mas, ao mesmo tempo que garanta a proteção das Unidades e se faça a gestão das Unidades. João de Deus (CRBio

09) sugere resgatar os documentos que foram anexados ao processo de criação do Parque, pois nesses documentos/manifestação os órgãos do governo foram consultados, inclusive a FUNAI, e constatado inexistência de presença indígena na época da criação, e se encaminhe tais documentos para a FUNAI tomar conhecimento e que o ICMBio entre junto com a Kuala no processo de reintegração de posse, pois entende que o fato da área ser particular não indenizada não retira esse espaço da condição de área especialmente protegida sob gestão do ICMBio, sendo importante o ICMBio aportar essas informações resgatadas do processo de criação, trazendo assim novos elementos para auxiliar na elucidação do caso e ter uma decisão judicial mais adequada possível. Viviane agradece as sugestões e discussões, dizendo que as falas contribuíram sobremaneira para a discussão sobre a situação da "retomada" de terras por indígenas no PNSI e que há ânsia por uma resolução o quanto antes da questão, porém, constata que é uma situação muito complexa, que demanda tempo para se chegar na resolução. A chefe do Parque pede para Juliano levar essas questões para a FUNAI, fala que gostaria de receber informações da FUNAI e continuar este diálogo, que é complexo e tem muito o que ser tratado. Juliano (Funai) agradece as contribuições, informa que é apenas um técnico da Funai, que antes de indigenista, é ambientalista, que entende as preocupações e sugestões discutidas, além de explanar que a presença indígena tem contribuído para a efetividade da conservação das Unidades de Conservação, que isso é o que tem sido observado quando ocorre esta questão nos diversos locais que essa situação/sobreposição está ocorrendo, que a política indigenista é baseada no conceito de sustentabilidade, envidando esforços para os mesmos objetivos da Unidades de Conservação. Cita que há a política Nacional de Gestão Territorial de terras Indígenas (PNEGATI), a qual indica que todos leiam as diretrizes, objetivos e conceitos. Informa que caso os estudos indicarem que é direito dos indígenas, isso é Direito Constitucional, o direito originário (direito pré-constitucional) e se assim for, anula qualquer ato anterior, que Terra Indígena não se cria e sim, se reconhece, não é discricionário à FUNAI, que em princípio não pode realocar os indígenas. Alerta que se deve tomar cuidado com a afirmação de que nunca houve ocupação dos indígenas na localidade do PNSI, pois historicamente já foi ocupada por indígenas, mesmo que não se tenha presença deles nos últimos 50 anos. Afirmou que havendo a constatação da dupla afetação, precisa-se trabalhar com essa ideia de trabalho em conjunto, com o intuito de harmonização de direitos e conviver com as duas realidades, encarar a situação trabalhando a valorização das convergências. Juliano finaliza dizendo que a FUNAI está aberta ao diálogo e à gestão compartilhada, e, assim, evitar que os direitos das partes envolvidas sejam violados, colocando-se à disposição para manutenção do diálogo. Viviane agradece a participação de Juliano e fala que a abertura de diálogo é importante para poder lidar com a situação da melhor forma possível. Juliano fala que se sensibiliza com a situação dos gestores de Unidades de Conservação e enfatiza que é interessante tomar cuidado com os direitos das partes envolvidas, tendo em vista ser assunto delicado. Viviane diz que assim que conseguir, verá como está a questão da reintegração de posse e que, no momento, o processo corre em segredo de justiça e que enviará a Ata com essa discussão. Juliano solicita receber a manifestação do ICMBio e do Parque e ata da reunião para alimentar o processo na FUNAI, e não havendo mais solicitação de esclarecimentos, retira-se da reunião. Viviane agradece a presença do Juliano e diz que vai resgatar as manifestações e ata e encaminhá-las. **IV. Panorama e demandas de regularização fundiária** – Viviane mostra mapa fundiário do parque, demonstrando informações sobre a parte fundiária e que há locais no parque que não se tem informação sobre a propriedade dos imóveis. Apresenta que há 130 processos administrativos (pequenas e grandes propriedades), 30 ações judiciais de desapropriação indireta e 10 processos com imóveis indenizados, sendo que o último processo de indenização no parque foi realizado

em 2015. Informa que a questão fundiária não avançou na Unidade, que há grande expectativa de retomada dessa pauta, uma vez que em 2024 o PNSI faz 20 anos. Por isso, foi chamada a coordenação de regularização fundiária para falar das perspectivas da regularização fundiária em relação ao Parque. Fernando Villela (Coordenação de Regularização Fundiária – COREG/ ICMBio Brasília – e Coordenador Geral Substituto), inicia apresentando sobre contextualização do estado atual dos processos de regularização fundiária, bem como, a estrutura do ICMBio que trabalha com os processos para regularização fundiária, desapropriação de imóveis e indenização de benfeitorias, compensação de reserva legal, entrega de terras públicas por concessão de uso (do ente federal para o ICMBio) e compensação ambiental. Apresenta sobre os recursos disponíveis para regularização fundiária. Para o PNSI tem disponível R$25.943.000,00, sendo R$24.364.240,23 para ação de regularização fundiária no PNSI e R$689.092,23 para implementação da Unidade. Além disso, há R$6.389.272,56 destinado ao PNSI, mas que ainda não está disponível, pois depende de assinatura de termos com o empreendimento. Fernando relata que havia uma lista de UCs prioritárias para regularização fundiária - indenização de benfeitorias, de acordo a IN nº4, de 2 de abril de 2020, que aborda sobre a lista de Unidades prioritárias. Apesar de a IN ainda estar vigente, não se faz mais a priorização por lista dessa forma como antes e, sim, está sendo feito a priorização na coordenação e para muitas Unidades está sendo solicitado para a Unidade fazer uma lista de prioridade. Fernando mostra mapa com malha fundiária do PNSI, com localização dos imóveis com processos de indenização, aqueles que dispõe de polígono, porém, explica que talvez nem todos os processos estejam representados na malha, o que é necessário atualizar. Viviane explica que tem alguns processos de Compensação de reserva legal instruídos no PNSI, por volta de 10 processos, com certidão de compensação de reserva legal, porém, nenhum efetivado. Continua dizendo que não tem informações sobre áreas públicas no polígono do parque, e que dentre os 130 processos de administrativos de regularização fundiária no Parque, há propriedades com contrato de compra e venda, sem matrícula ou com matrícula maior (outros imóveis juntos), sem polígono inserido na malha fundiária do PNSI. Viviane informa que, hoje, a Unidade enviou lista de 10 a 15 processos prioritários para regularização fundiária do Parque, priorizadas conforme critérios já discutidos no conselho do PNSI (processos instruídos com documentação, processos estratégicos para gestão do parque, processos que foram intimados e o proprietário negou etc.), processos esses que necessitam atualizar alguns documentos, como, por exemplo, laudo de avaliação do imóvel. Fernando informa que um novo desafio iniciou em novembro de 2023, pois agora, para área acima de 25 hectares é necessário Certificação do SIGEF (INCRA). Viviane fala que tem demanda de compensação de área verde (por corte de vegetação) e que o Parque está tentando encaminhar essa questão. Fernando explica que seria importante encaminhar a lista de processos prioritários via processo para a coordenação, já com projeção de valores, para poder ser verificado quanto recurso seria necessários para realizar a regularização, o que facilitaria as negociações nas reuniões da compensação ambiental (destinação de recursos). Leocarlos (Acaprena) pergunta se o Conselho vai poder discutir/opinar sobre os 15 processos de regularização fundiária priorizados e enviados para a Coordenação. Lembra, ainda, que ficou acordado na época da criação do parque que o Parque das Nascentes seria o último a ser indenizado, justamente por ele já ser um parque, questão esta que deve ser observada, pois deve constar nos documentos de criação do PNSI. Leocarlos indaga sobre a propriedade Santa Rita, se está inclusa nas 15 áreas prioritárias, já que é considerado o coração do Parque. Viviane responde que já foi conversado no Conselho sobre essas propriedades, que elas têm processo judicial e estão na lista de prioridade para regularização fundiária. Lauro Bacca expõe que embora a expectativa em anos de

implementação das unidades de conservação deva ter melhorado, ainda, leva muitos anos. Informa que há pouca ocupação no Parque por proprietários e que ela se dá, prioritariamente na periferia do parque, onde há estradas (acesso), que em sua totalidade, pouquíssimas famílias residem de fato, como residência primária no Parque, sendo o Parque coberto por florestas, quase em sua totalidade. Lauro informa que em maio de 2023 esteve no ICMBio Sede (Brasília) para conversar sobre priorização da regularização fundiária do PNSI. Finaliza, perguntando ao Fernando se as potencialidades que o parque tem, sobretudo em visitação, não seria argumento para priorizar a implementação do PNSI e se a Unidade não estiver nas prioridades, uma vez que não está incluso no orçamento, o que faltou para ser incluída no orçamento federal. Fernando informa que na gestão atual o foco não está na visitação, que é importante incluir tudo como justificativa para priorizar a implementação (incluindo a regularização fundiária do PNSI), como a questão dos 20 anos, mas ter uma certa moderação em abordar como uma das principais questões o potencial de visitação. Explica que quanto a indenizar o particular, o ICMBio entende ser prioritário, pois assim, só terá o diálogo com entes públicos, FUNAI, por exemplo (indígenas), com quilombolas, o que entende ser uma facilidade. Explica que, quando ocorre a judicialização por parte do ICMBio, é para tentar resolver logo a questão, para adiantar a situação, entendendo ser um bom negócio para ambas as partes. Jonata pergunta se as áreas dos senhores Ricardo Stodieck, espólio do Sr. Abílio de Oliviera, Elvio, Pedro Taufenbach (vendeu para Rafael Pasold), Virgilino Taufenbach (falecido – está em inventário familiar), áreas adjacentes ao Parque das Nascentes - que junto com o parque das nascentes soma-se mais de 10% do Parque Nacional da Serra do Itajaí - estão entre as áreas prioritárias para indenização, uma vez que são áreas que têm problemas em relação à visitação que ocorre no Parque das Nascentes, única área do PNSI em que há visitação. Finaliza expressando sua preocupação com a situação dessas áreas, pois interferem negativamente no processo de visitação do Parque das nascentes. Viviane responde que somente duas destas áreas não estão na lista de processos prioritários para regularização fundiária enviada pelo PNSI no início do ano de 2023 para a coordenação do ICMBio em Brasília, as áreas do Sr. Elvio e Ricardo Stodieck, esse último por não ter processo administrativo aberto. Viviane argumenta que este ano já teve acesso à coordenação e que a nova Coordenadora Geral é conhecedora do histórico e situação do PNSI e que já conseguiu tramitar alguns processos. Além disso, tem dialogado com o Alfredo, servidor do ICMBio que tem atendido demandas judiciais de regularização fundiária, além de receber apoio do Romano, Servidor do ICMBio que colabora na instrução de processo no que diz respeito a documentação de imóveis para análise de cadeia dominial e outras demandas. Tudo isso colabora para que se possa avançar nesse assunto na Unidade, explicita Viviane, que informa que há vários tipos de proprietários, inclusive aqueles que não tem interesse na indenização e sim continuar com os imóveis dentro da Unidade, porém, a Unidade está fazendo o apelo para a coordenação em relação à necessidade de avançar na regularização fundiária, da expectativa de muitos envolvidos, principalmente, da gestão da UC e de proprietários, com a chegada dos 20 anos do Parque. Viviane solicita que Fernando envie o arquivo em .pdf da apresentação para juntar e enviar para conselheiros. Viviane relata que tem buscado muito o ICMBio sobre a regularização fundiária, assunto prioritário para Unidade, e verificou que os processos estão tendo andamento, que a expectativa tanto da UC é que em 2024 os processos de indenização ocorram. Glaucia Gebien indica que o Crea-SC pode auxiliar nessa aproximação com os registros de imóveis, caso seja necessário. Viviane agradece e diz que será necessário sim a colaboração do CREA-SC. **V. Os 20 anos do Parque Nacional -** Viviane inicia apresentando as sugestões elencadas na reunião do conselho do dia 01/06/2023 (última reunião do conselho) em relação aos 20 anos do PNSI: Realizar regularização fundiária;

elaborar livro sobre o parque ou guia PNSI – uma revista com fotografias do PNSI todo, que cada município deve enviar histórico e fotos do PNSI em seu município; uso público- inaugurar uma trilha; melhorar a comunicação interna e externa - elaborar plano de comunicação de forma a divulgar o parque à sociedade e ao conselho, divulgação do e no Instagram do PNSI, produto digital – digitalizar informações, algo parecido com um infográfico, além de folder, visita digital ao parque, sinalização das entradas do parque - totens/portal, principalmente na estrada geral, exposição itinerante; aumentar a fiscalização na Unidade, bem como comunicá-la ao conselho; criar grupo de *whatsapp* do conselho; e seminário de pesquisa. Explica que quanto à regularização fundiária, internamente já está sendo prioridade na gestão da Unidade, que está em andamento desde o início de 2023. Sobre a trilha (projeto de trilha), a gestão está aguardando a adequação e apresentação da nova versão do projeto para juntamente com a prefeitura de Indaial avaliar, realizar alguns trâmites e dar continuidade à atividade. A unidade tem tentado utilizar mais o Instagram do PNSI e já iniciou grupo do conselho no *whatsapp*, mas, até o momento muitos conselheiros não enviaram os contatos e espera-se utilizar os contatos da lista de presença desta reunião para inserir mais conselheiros no grupo. Não se avançou na questão de realização seminário de pesquisa, porém, há um edital aberto no ICMBio para programar evento de pesquisa, portanto, a equipe do Parque vai verificar a possibilidade de inserir esta ação e conseguir recurso, caso seja aprovado. Aberto para sugestões, Leocarlos sugere realizar caminhada, que já está no calendário da Acaprena, em conjunto com o PNSI, em comemoração aos 20 anos do PNSI, que inicialmente pensaram em fazer em maio, mas pode ser acordado nova data para a realização em conjunto. João de Deus (CRBio 09) sugere encaminhar correspondência à Câmara de Deputados Estadual para solicitar uma manifestação ou ato solene da Assembleia alusivo aos 20 anos do PNSI, pois acredita que o novo presidente da comissão de meio ambiente da ALESC é bem favorável às questões das Unidades de Conservação e pode se interessar pela pauta. Lauro Bacca enfatiza a importância de se fazer seminário de pesquisa, incluir convite ao Inventário Florístico Florestal de Santa Catarina, que tem muitas pesquisas realizadas no parque e, assim, talvez reunir em comunicação/publicação os resumos dos trabalhos, argumentando que pode contribuir/colaborar com o histórico da evolução paisagísticas da área, uma vez que tem fotos de 40 anos atrás. Sugere, ainda, fazer evento significativo no dia 04 de junho, aniversário do Parque, com participação das autoridades, procurando divulgar/difundir o lado bom do Parque. Glaucia Gebien informa que todo ano o Crea-SC abre um edital de patrocínio para realização de eventos, com verbas entre R$10.000,00 à 40 mil reais, destinado a patrocinar eventos de valorização profissional, portanto, acredita que talvez poderia ser uma ideia a se verificar para ajudar no seminário. Viviane se propõe a conversar depois com a Glaucia para verificar como funciona essa questão do edital, se o evento do Parque se enquadra e depois conversar com o Conselho sobre essa possibilidade de financiamento do seminário. Viviane informa que com os 10 anos do Parque foi criado um grupo de trabalho justamente para contribuir para com a Unidade nessa atividade de comemoração do Parque, portanto, propõe criar um grupo de trabalho nesses moldes para as comemorações dos 20 anos do Parque. Jonata (IPAN) sugere ampliar a Caminhada das Nascentes, que já existe todo ano, e incluir a comemoração dos 20 anos do parque, disponibilizando-se a conversar com parceiros para ver ideias de ações e repassar ao conselho. Lauro Bacca (RPPN Catarinense) se dispõe em colaborar para com o Grupo de trabalho, bem como Leocarlos (Acaprena). Viviane vai iniciar o grupo de trabalho para verificar a divisão de atividades, cronograma dos 20 anos e entrará em contato com o grupo de trabalho no início de 2024. **VI. Proposta de pegada símbolo para o Parque Nacional –** foram apresentadas 2 propostas de pegada símbolo para sinalizar o

circuito de cicloturismo e criar identidade do circuito, com o intuito de colher impressões e ideais do conselho sobre a marca, tendo em vista que as propostas foram apresentadas na reunião do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI. Viviane explica que a pegada símbolo não é definitiva, mas que foi apresentado como proposta a ser discutida e que aguarda sugestões e colaborações para posteriormente ser encaminhada para o CIMVI. Jonata sugere agrupar fauna, flora, geologia, água e o ciclismo e que vai enviar sugestões, posteriormente. Glaucia Gebien diz que as imagens não remetem ao ciclismo, que está mais para caminhada e sugere que talvez fosse melhor colocar estes desenhos do Puma e Juçara dentro da marca da pegada ao invés da marca da bota, além de acreditar ser bacana ter água, córrego ou cachoeira. Alguns conselheiros estranharam ser a pegada a marca para circuito de trilhas, pois veem como símbolo de caminhadas. Os conselheiros ficaram de verificar a ideia e encaminhar propostas, sugestões, colaborações. De pronto, Lauro Bacca sugeriu incluir algo que remeta à bicicleta. **VII. Definição do calendário de Assembleias de 2024 –** Viviane indicou 4 datas para realização das 4 reuniões previstas no regimento interno do conselho, são elas: 21/03/2024, 04/06/2024, 18/09/2024 e 28/11/2024. Não houve objeção, portanto, a princípio, ficou acordado as datas indicadas por Viviane, que argumentou que se houver necessidade de alguma mudança nas datas, os conselheiros seriam consultados e/ou informados. **VIII. Palavra livre** – Jonata solicita incluir na ata a questão do registro do aparecimento de um javaporco/javali na área próxima a locais de visitação na Sede do Parque das Nascentes. Por haver relatos de que há outros javaporcos/javalis, ele sugere que seja verificado o registro de criação desse tipo de animal no entorno do Parque, nas proximidades da Unidade, e que vai verificar os locais onde há relatos de criação e se confirmando, fará denúncia formal. Em relação ao javali, Viviane informa que o ICMBio tem a Instrução Normativa nº 06/2019, que prevê algumas ações quanto a espécies invasoras, dentre elas, o abate, para o qual é necessário elaborar projeto para autorização de manejo, portanto, enfatiza que há procedimentos nesses casos e a Unidade está realizando as etapas. João de Deus faz alerta em relação ao Projeto de Lei 290 que está tramitando na Assembleia Legislativa, que prevê a possibilidade de compensação em supressão de vegetação de Mata Atlântica sem autorização legal, algo que hoje está previsto como crime na legislação. Lauro Bacca destaca a importância da participação do Fernando e parabeniza Viviane pela reunião dinâmica. Sobre o javaporco/javali, Lauro relata ter avistado filhotes de porco com características de javaporco próximo ao Parque. Viviane enfatiza que se alguém tiver notícia de criação de javaporco ou javali nas proximidades do Parque é importante denunciar para iniciar o processo de barrar essa questão e não deixar proliferar, tendo em vista que a criação é ilegal. Viviane agradece a participação de todos, desejando boas festas e que em 2024 possa receber a colaboração de todos para a gestão do Parque. **VIII. Encerramento**. Nada mais havendo a tratar, eu, Íria de Oliveira Santos, lavrei a presente ata, que, após aprovação em Reunião Ordinária subsequente a esta, vai por nós assinada e pelos demais presentes do Conselho Consultivo, conforme lista anexa. Blumenau, doze de dezembro de 2023.

Nome1	Instituição	Contato whatsapp	E-mail
Glaucia Gebien	Crea-SC	[redacted]	eng.glauciagebien@gmail.com
João de Deus Medeiros	Conselho Regional de Biologia - CRBio 09	[redacted]	jdeusmedeiros@gmail.com
Mariana Roberta da Silva	Gerência Regional Sul - ICMBio	-	mariana.silva@icmbio.gov.br
Carlos Eduardo Zimmermann	FURB	[redacted]	cezimmer@furb.br
Sergio Feuser	Município de Indaial	[redacted]	agronomo@indaial.sc.gov.br
Juliano Piske	Município de Guabiruba	[redacted]	juliano@guabiruba.sc.gov.br
Carlos Alberto Jacobsen	Epagri	[redacted]	carlosjacobsen@epagri.sc.gov.br
Lauro Eduardo Bacca	RPPN Catarinense	[redacted]	laurobacca@gmail.com
Ulisses Pereira Machado	SEMMAS - Secretaria do Meio Ambiente e Sustentabilidade - Blumenau/SC	[redacted]	ulissesmachado@blumenau.sc.gov.br
Fernando Correia Villela	ICMBio - Coordenação de Regularização Fundiária	[redacted]	fernando.villela@icmbio.gov.br
Juares Andreiv	ICMBio / Parque Nacional da Serra do Itajaí	[redacted]	juares.andreiv@icmbio.gov.br
Viviane Daufemback	PNSI/ICMBio	[redacted]	viviane.daufemback@icmbio.gov.br
Íria de Oliveira Santos	PNSI - ICMBio	[redacted]	iria.santos@icmbio.gov.br

10:36
100%
Mariana Roberta da Silva
Viviane Daufemback
Fernando Correia Villela
Eng. Ftal Glaucia Gebien
Lauro Bacca
Carlos/Epagri
Jonata-IPAN
Sergio Feuser
Juares Andreiv - Parna Serra do Itajaí
JM
João de Deus ...
SB
Sthefanie Silva ...
Carlos (chacal) (...
JG
Juliano Guabiru...
LG
Luis Olimpio M...
Ulisses P. M. (S...

10:36
100%
Viviane Daufemback
Lauro Bacca
Fernando Correia Villela
Eng. Etal Glaucia Gebien
Ulisses P. M. (SEMMAS)
Carlos/Epagri
Jonata-IPAN
Sergio Feuser
Juares Andreiv - Parna Serra do Itajaí
JM
SB
JG
LG
VS

10:35
100%
Mariana Roberta da Silva
Viviane Daufemback
Juares Andreiv - Parna Serra do Itajaí
Eng. Ftal Glaucia Gebien
Fernando Correia Villela
Carlos/Epagri
Jonata-IPAN
Sergio Feuser
LB
JM
SB
JG
LG
Ulisses P...